

Da consolidação da UTE-MG à construção da CUT: os avanços, os desafios e as contribuições de uma categoria para a luta dos trabalhadores no Brasil

*Cássio Diniz & Carlos Bauer**

RESUMO

Comumente, a história é narrada baseando-se em discursos que se impõem como hegemônicos. Grandes fatos históricos são narrados na perspectiva dos ditos heróis, e baseados em uma interpretação clássica que só apresenta fontes cunhadas como oficiais. O mesmo pode ocorrer com a história dos movimentos sociais. Não obstante, muitos trabalhos abordarem essa temática, jogando luzes sobre o mesmo, nem sempre constroem seus argumentos e suas análises interpretativas a partir das palavras daqueles que de fato estiveram presentes e atuantes no processo. Diante dessa problemática, acreditamos ser necessário avançar nessa questão e apresentar pesquisas que busquem dar espaço às vozes muitas vezes ignoradas. A proposta de comunicação tem por objetivo apresentar essas fontes, orais e documentais, que apresentam os testemunhos daqueles personagens que atuaram diretamente e indiretamente no movimento sindical mineiro na década de 1980, particularmente no começo dessa década, quando ocorreu a participação da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (UTE-MG) na construção da União Nacional dos Trabalhadores em Educação (Unate) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Baseando-se em entrevistas com professores e entrecortadas com registros impressos produzidos na época, buscamos contribuir com a construção de uma leitura crítica, e fundamentada em fontes não habituais, para uma leitura do sindicalismo docente brasileiro a partir de um enfoque não usual.

Palavras-chave: história social da educação, lutas sindicais, sindicalismo docente, UTE-MG.

* Cássio Diniz, mestre em educação, Universidade Nove de Julho e direção estadual Sind-UTE/MG. E-mail: cassidiniz@hotmail.com. Carlos Bauer, professor doutor da Universidade Nove de Julho, do PPGE/Uninove. E-mail: carlosbauer1960@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

As greves da categoria docente que se desenvolveram ao final dos anos 1970 e no início dos anos 1980, em vários estados do país, permitiram caracterizar a situação de grande radicalismo em que os trabalhadores em educação encontravam-se, consequência de uma nova conjuntura histórica e de uma nova realidade socioeconômica de seu papel na estrutura econômica do capital. Uma tendência já observada em outras categorias profissionais como metalúrgicos, operários da construção civil, bancários, médicos etc., que nos permite reconhecer o desenvolvimento de uma identidade de classe – etapa fundamental para o desenvolvimento de uma consciência de classe – e o reconhecimento da necessidade do uso de instrumentos coletivos tradicionais do operariado fabril: as greves, as ações de massas e as entidades sindicais democráticas e combativas.

Como fruto do avanço das lutas da categoria docente, a prática das mesmas apontava para um novo desafio. A vanguarda do movimento sindical dos trabalhadores em educação em vários estados – como parte de um projeto de intervenção política que extrapolava o sindical – concluiu que o desenvolvimento da mesma dependia do avanço da aglutinação das diferentes lutas em nível nacional. Para isto, a existência de uma entidade que abarcasse todo o país tornou-se de vital importância.

A União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais, entidade resultado do ressurgimento das lutas e do desenvolvimento da consciência dos docentes mineiros, tornou-se parte da vanguarda desta tendência, ao apresentar, já em seu congresso de fundação, a necessidade de aglutinar forças em nível nacional, convocando a categoria mineira a participar do I Encontro Nacional dos Professores, realizado poucos dias depois, em 28 e 29 de julho de 1979.

Ficou ainda decidido nesse congresso que deverá haver participação de maior número possível do estado no Encontro Nacional de Professores em São Paulo, nos dias vinte e oito (28) e vinte e nove (29) de julho, que será encaminhada uma proposta para a realização de um congresso nacional visando promover a organização dos professores a (sic) nível nacional. (Ata I Congresso, 1979: 5)

Esse encontro marcou a posição de importantes organizações que já se faziam presentes no interior do movimento docente na época – como o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), a Convergência Socialista (CS), a Organização Socialista Internacionalista (OSI), entre outros –, na perspectiva de construir uma alternativa de organização das lutas sindicais e políticas da classe trabalhadora, por fora dos aparatos sindicais atrelados ao aparelho estatal e burocratizados. Perspectiva esta levada também para outras categorias profissionais, que resultaram na criação de sindicatos independentes, combativos e democráticos, dentro dos moldes do que convencionou chamar-se de novo sindicalismo.

Nacionalmente nesse encontro há um debate: vamos fundar uma entidade nacional ou vamos participar da CPB (Confederação dos Professores do Brasil), que era a entidade que tinha. Aí, há um debate nacional. Eu por exemplo, que defendia aqui em São Paulo que o processo se passava por dentro da Apeoesp, que o movimento se passava por dentro – se você fizesse um movimento paralelo você facilitava a vida dos pelegos, e você fazia o movimento por fora das massas, um sindicato de vanguarda por fora das massas –, em Minas já tinha uma posição diferente. Eu discutia com os mineiros sobre a política, pois tínhamos uma corrente nacional. Então, há um debate, e o debate é fundar uma entidade nacional. Essa posição defendida por mim e mais alguns, ganha. E é a posição majoritária no encontro convocar um congresso para fundar uma entidade. Primeiro congresso é em Recife. E o congresso também delibera se funda uma entidade ou não. [...], então, funda-se a Unate, porque considerava-se que a estrutura da CPB, naquela época, era uma estrutura que não daria vazão ao [processo] (Puerro, 2012).

Esse posicionamento não era compartilhado por toda a esquerda brasileira. Os ativistas do movimento docente organizados no Partido Comunista Brasileiro (PCB), no Partido Comunista do Brasil (PC do B) e no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) afirmavam que a melhor opção para a organização da classe trabalhadora – e no caso específico, os docentes – era a conquistas das entidades já existentes e nas mãos dos burocratas e do governo. Posição esta já apresentada nos debates acerca da formação da UTE-MG, nos quais se defendia a não formação de uma nova entidade e a conquista da Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais (APPMG).

O que estava em jogo não era apenas a construção ou não de novas entidades. Mais que isso, o debate extrapolava a esfera sindical e apresentava-se no âmbito de projetos políticos apresentados pelos diferentes grupos de esquerda existentes no país. De um lado, havia grupos tradicionais influenciados pela linha stalinista do socialismo real soviético (PCB, PCdoB, MR-8) que, até então, tinham hegemonia nos movimentos sociais no Brasil, e de outro, diferentes grupos (MEP, CS, OSI etc.) que surgiram das experiências políticas de combate à ditadura civil-militar, e também calcadas no ascenso de massas representada pelas greves do período, apresentando-se como alternativa aos primeiros, e que comporiam, nos próximos anos, o Partido dos Trabalhadores (PT). Seus projetos políticos se dissociavam, sendo que os comunistas apresentavam, normalmente, a linha de frente ampla na luta contra a ditadura, a fim de apropriar-se do Estado, e os demais propunham uma linha mais classista como opção para a luta política dos trabalhadores. Como apontou Amarílio Ferreira Jr.:

Os comunistas – PCB, PC do B e MR-8 – propugnavam uma ampla frente contra o regime político implantado com o golpe militar de 1964. Para o PCB, após a aprovação da Resolução Política do VI Congresso (1967), a luta pela conquista das liberdades democráticas incluía até mesmo “o setor da burguesia cujos interesses estão ligados ao desenvolvimento autônomo do país. [...] Do outro lado, “os esquerdistas” se articulavam por meio de uma estratégia política diferente. As organizações de esquerda que defendiam a criação de

uma nova entidade nacional de professores eram as mesmas que estavam no processo de fundação do PT (Ferreira Jr., 2011: 63).

Os encontros nacionais de professores realizados em São Paulo (julho de 1979) e em Belo Horizonte (março de 1980) foram pautados nesse debate. De um lado, aqueles que defendiam a criação de uma nova entidade nacional, que congregasse as lutas em todo o país, e que fosse democrática e independente, e do outro aqueles que defendiam a permanência e a atuação de todos na Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Ao observarmos o anúncio do II Congresso dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais no jornal *Módulo III*, da UTE-MG, de novembro de 1979, fica claro qual dessas posições estava tornando-se forte nos debates.

II Encontro Nacional de Professores: em fevereiro próximo se dará o II Encontro Nacional de Professores (o primeiro foi em julho último), quando os professores de todo o Brasil discutirão a possibilidade de uma campanha salarial unificada em 1980, assim como *formas de organização do professorado a (sic) nível nacional*. Cabe discutir nossa participação, nossas propostas (Módulo III, 1979: 4, grifo nosso).

No segundo encontro nacional, realizado em março (e não em fevereiro, como anunciado anteriormente) de 1980, em Belo Horizonte, após intensos debates, deliberou-se pela realização do I Congresso Nacional dos Profissionais da Educação, com o objetivo de avançar na unificação das lutas da categoria e na formação de uma entidade nacional fora da CPB. Em seu comunicado, a UTE-MG, agora membro da Comissão Executiva Nacional, conclamava a base da categoria a participar como delegados e observadores,¹ afirmando que “este congresso, merece uma maior preocupação por parte de todos nós. Pois ele representa um importante passo para a unificação das lutas de todos os trabalhadores do ensino” (Carta da União, jun. 1980). A entidade nacional seria o tema geral da plenária final do congresso.

Neste mesmo comunicado, a programação apresentada em seu conteúdo aponta a importância que as lutas protagonizadas pelo movimento docente mineiro estavam alcançando no país. No painel marcado para 15 de julho, às 20 horas, com o tema “Organização da categoria”, ganha destaque a explanação “A experiência dos professores de Minas Gerais”. De acordo com o programa, é o único painel específico de um movimento regionalizado.

Realizado entre os dias 14 e 17 de julho de 1980, em São Paulo, o I Congresso Nacional dos Profissionais da Educação contou com a participação de 800 delegados, representando associações e sindicatos de várias partes do país. O debate central girou em torno de dois pontos básicos: a unificação das lutas dos trabalhadores docentes em âmbito nacional e a criação ou não de uma entidade nacional por fora da CPB (Ferreira Jr., 2011: 59).

1 “Todos os professores interessados a participar do congresso, mesmo não sendo delegados de sua escola, poderão fazê-lo” (Carta da União, jun. 1980).

De acordo com Amarílio Ferreira Jr., o rechaço à proposta de lutar pela conquista e democratização da CPB estava profundamente ligado à caracterização que as principais organizações de esquerda presentes no movimento docente tinham da entidade.

O passado da entidade não estava só marcado pelo atrelamento ideológico com as forças políticas que empalmaram o poder em 1964; era também pouco expressivo do ponto de vista da própria luta sindical em defesa dos interesses corporativos da categoria dos professores públicos de 1º e 2º graus (idem, 2011: 62).

A UTE-MG, junto com a Associação dos Profissionais do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp), o Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro (CEP-RJ), entre outros, foram a espinha dorsal da tentativa de formação de uma nova entidade nacional, sendo seus diretores membros da Comissão Executiva Nacional dessa futura entidade. Em seu comunicado, datado de 26 de setembro de 1980, a UTE-MG declarava que um dos objetivos para a organização da campanha pelo reajuste semestral (deliberada pelo Congresso Nacional) era:

[...] unificar os trabalhadores do ensino a nível das várias redes (estadual, municipal e federal) e a nível nacional, e tudo que isto significa em termos de fortalecimento de nossa luta. Essa unificação na prática vem no sentido de ampliar nossa organização; aponta o caminho sólido por onde deve se apoiar a construção de nossa entidade nacional (Carta da União, set. 1980).

A mesma carta aponta que os trabalhos para a construção dessa nova entidade estavam adiantados, mas que sua fundação se daria, de fato, em outro congresso, a ser realizado em Recife, em janeiro de 1981. Por isso, a necessidade de articular uma campanha nacional, tendo como bandeira o direito ao cumprimento do reajuste semestral para os servidores públicos, entre eles, os professores, de todos os níveis.

Contudo, o movimento sindical docente nascente no país ainda estava em disputa pelas duas vertentes políticas acima citadas. A CPB ainda se mantinha no embate contra a criação da nova entidade, buscando convencer a maioria da categoria docente da necessidade de unificação dentro da CPB. Em um comunicado destinado ao “magistério de todo o Brasil” (sem data), a confederação apresenta suas preocupações acerca do tema.

Algo de errado está acontecendo quando uma categoria tem um congresso não convocado por sua entidade e organizado por fora dela. Numa situação destas, o que se encontra sob ameaça é a unidade da categoria, sem o que não poderá avançar para novas conquistas que contemplem o conjunto do magistério (“Ao magistério”, sem data).

E continua:

Somos da firme opinião de que o trabalho de aglutinação e mobilização, no processo das lutas classistas, deve unificar-se em torno de uma direção e deve estar voltado para o for-

talecimento do instrumento dessa direção: a entidade, que refletirá, em cada momento, o estágio de organização atingida pela categoria (idem).

Isso significa que para a CPB, o caráter organizativo e combativo de uma entidade, no caso nacional, é apenas um reflexo do nível de organização e de combatividade em que se encontra a categoria docente no momento. “As fraquezas e debilidades da CPB refletem em larga parte, fraquezas e debilidades da própria organização de base do magistério” (idem). Em outras palavras, é uma crítica direta aos que eles chamam de esquerdistas ou vanguardistas, acusados de adiantarem-se muito além da própria base do movimento.

Como forma de tentar resolver o impasse, a confederação propõe a discussão de reformulação de seus estatutos, refletindo as experiências acumuladas nas greves docentes do final da década de 1970 e início dos anos 1980. Ao final do comunicado, a CPB faz um chamado às entidades de base de todo o Brasil, filiadas ou não, a participarem do XIV Congresso Nacional dos Professores, também em janeiro de 1981, ressaltando a necessidade de “unificação total do magistério a nível nacional” (“Ao magistério”, sem data).

Cabe aqui, neste momento, fazer uma pequena observação acerca dessa carta. A CPB, apesar de usar termos como unidade da classe e organização classista, não se refere aos professores como trabalhadores em educação, ou trabalhadores do ensino (como a Comissão Executiva Nacional refere-se aos mesmos), excluindo aí os demais personagens escolares que estavam adentrando no cenário sindical, apesar de minoritários. As palavras comumente usadas pela CPB são magistério e professorado, ressaltando bem as características místicas do docente e refletindo visões acerca da profissão, baseados em uma concepção pedagógica, sacerdotal e especializada, comum no campo do profissional liberal, e que ainda existia no interior da categoria. Como analisamos neste trabalho, uma possível consciência de classe entre esses trabalhadores não se desenvolve de forma harmônica e linear. Ao contrário, desenvolve-se em meio a um processo dialético, cujas diferentes concepções sobre a realidade dos sujeitos convivem em um mesmo período, evidenciando a não superação total de certos conflitos ideológicos existentes em seu interior.

A nova entidade nacional foi criada no II Congresso Nacional dos Profissionais da Educação, em janeiro de 1981, na cidade de Recife, sob o nome de União Nacional dos Trabalhadores em Educação (Unate). Com a derrota dos comunistas do PCB, do PC do B e do MR-8, a hegemonia política ficou com as diversas organizações políticas que já se agrupavam no interior do Partido dos Trabalhadores, este fundado em fevereiro de 1980. Como resultado de sua participação no processo que culminou na constituição da Unate, a União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais viu um de seus dirigentes, o professor Antônio Carlos Pereira – aquele mesmo que foi o primeiro detido pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops) na greve de 1980 –, ser eleito para compor a diretoria provisória da nova entidade, no cargo de primeiro secretário.

Apesar da grande mobilização e disputa política no interior do movimento sindical docente brasileiro, a Unate teve sua vida encurtada. Um ano depois de fundada, a entidade já apresentava sinais de fragilidade, não conseguiu colocar em prática a sua construção baseada “em mobilizações de massa e na participação a partir das bases” (Ferreira Jr., 1998: 120). Esperava-se, como foi previsto no primeiro e segundo encontros nacionais, que surgissem, em todo o Brasil, campanhas salariais e movimentos grevistas de massa que desencadeassem um processo gigantesco dentro do sindicalismo docente, fomentando uma base social para a ação da Unate. Do contrário, a partir de 1980, a ação repressiva do Estado sobre as greves provocou certo refluxo no movimento sindical docente, não só em Minas Gerais, como em várias partes do país, comprometendo a existência da entidade nacional. Como nos aponta Mauro Puerro (2012):

Mas a Unate tem uma vida curta. Ele se funda nesse ascenso, esse grande ascenso que se tem no final dos anos 1970 e no começo dos anos 1980. Depois tem uma certa baixa na luta de professores; é um ciclo que retoma de novo. E nesse período de certa baixa, o MEP – que era uma das correntes nacionais, que tinha a presidência da Unate – o MEP muda de posição, decide fazer o processo por dentro da CPB. E aí, faz um acordo, a Unate se dissolve, e o que era um movimento nacional organizado na Unate entra para a CPB.

Contudo, de acordo com Amarílio Ferreira Jr., ao mesmo tempo em que se dava o esvaziamento e o enfraquecimento da Unate, a CPB iniciava o processo de desburocratização de seus estatutos. O embate político realizado entre 1979 e 1981 permitiu que esta entidade percebesse a necessidade de revisão de alguns de seus conceitos, e desse atenção às lutas e aos anseios da categoria docente. Não revisar suas bases teóricas – como algumas entidades estaduais fizeram, como a APPMG – o que significaria ficar deslocada de uma nova realidade histórica. Na opinião de professores entrevistados por Amarílio Ferreira Jr. (1998: 122), a política estratégica de criar uma entidade nacional fora da CPB não foi equivocada. Sua efetivação permitiu um momento de inflexão do movimento, o que deu um importante impulso ao processo de democratização da própria CPB.

No informativo *CPB-Notícias*, de março de 1982, a entidade assinala a necessidade de uma integração nacional, incluindo mesmo a Unate, na condução das lutas, sendo que as duas entidades tinham as mesmas propostas. No mesmo material há uma declaração conjunta, assinada por diretores da CPB e da Unate, com uma série de pontos em comum, necessitando serem debatidos e superados.

Havia problemas de organização e unificação do professorado brasileiro, existindo setores que consideravam necessária a construção de um espaço de articulação sindical nacional. Estes setores não consideravam que a entidade existente se constituísse neste espaço, razão porque organizaram-se em uma articulação que resultou na fundação da Unate.

Este processo aconteceu porque, no entendimento destes setores, a CPB não encaminhava adequadamente as lutas do professorado, além de possuir uma estruturação materializada em um estatuto que não propiciava a participação democrática da categoria.

[...] O XIV Congresso Nacional de Professores promovido pela CPB apresentou propostas há muito discutidas dentro da CPB, que foram aprovadas pela assembleia de delegados e que eram também defendidas pela articulação Unate [...] (*CPB-Notícias*, 1982: 4).

Com o tempo, muitas entidades estaduais que trabalharam na construção da Unate desligaram-se da mesma, e filiaram-se à confederação – a Unate-MG, por exemplo, filiou-se em 1983. As organizações anteriormente avessas a esta entidade, iniciaram sua disputa interna, conquistando-a aos poucos. O fortalecimento desta entidade acabou se efetivando, permitindo a unificação da categoria em âmbito nacional. E após a promulgação da nova Constituição em 1988, a Confederação dos Professores do Brasil mudou sua denominação para Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Nos marcos da tradição marxista, Thompson, ao trabalhar as condições concretas da vida dos trabalhadores, recorre à experiência como categoria capaz de situar a práxis humana, valorizando a esfera dos valores, da cultura, do fazer político dos indivíduos, algo que também pretendemos fazer a seguir.

OS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DA CUT: UM REFLEXO DO DESENVOLVIMENTO DE UMA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Uma das formas pelas quais podemos mensurar a existência de uma possível consciência de classe em uma categoria profissional é analisar as ações e tarefas em que seus instrumentos representativos se dispõem a realizar. Principalmente quando esses instrumentos são construídos ou mantidos em profunda ligação com sua base social, por meio do controle de suas instâncias democráticas pelos trabalhadores, por sinal, proposta dos integrantes do chamado novo sindicalismo.

O processo que desencadeou na construção da CUT pode nos apontar alguns fatores que ajudam a interpretar o movimento sindical docente mineiro, como também o brasileiro. Ao investigarmos a participação da Unate-MG na construção da CUT, podemos compreender melhor os avanços e retrocessos característicos do processo de politização de uma categoria.

As greves de diversas categorias profissionais ocorridas ao final da década de 1970 e início da década de 1980 apresentou os elementos básicos que evidencia o ascenso de massas no país. O surgimento do PT foi a expressão política desse avanço, que permitiu aglutinar em um partido de caráter classista, diversas organizações de esquerda, sindicalistas (das oposições e os chamados sindicalistas autênticos), ativistas progressistas da Igreja e intelectuais. No entanto, o processo de construção de uma central única para os trabalhadores brasileiros ainda seria um pouco mais longo.

O mesmo conflito que esteve presente na criação da UTE-MG e na tentativa de formação da Unate se repetiu ao longo dos trabalhos de construção da CUT. Conflito este colocado de

lado, os militantes do recém-criado PT, com um projeto classista e antiburocrático, e do outro os comunistas tradicionais alimentados por um projeto político já apresentado anteriormente. Contudo, no caso do movimento sindical, estava em jogo, também, a hegemonia política do sindicalismo brasileiro, uma vez que os partidos comunistas, junto com os velhos dirigentes pelegos, detinham o controle das federações e confederações. A criação, neste momento, de uma central sindical de todos os trabalhadores atrapalha seus planos de manutenção dessa hegemonia.

A União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais, dirigida por correntes políticas ligadas ao PT, e defensora da criação de uma nova central, participou ativamente do processo que culminou na construção da CUT. Questionado sobre o quanto desta participação, Rogério Correia relatou que foi “[...] enorme. Participou de tudo, desde o início. Já era um dos principais, em Minas, um dos principais movimentos, uma das principais entidades. Junto com o sindicato dos metalúrgicos” (Correia, 2012). Sobre alguma oposição à criação da entidade por parte de algum grupo, Correia responde:

Por exemplo, aqueles que eram militantes do PCB eram contra, o PCB não aderiu a CUT. Eles diziam que era divisionismo, divisão. Essa camada mais conservadora da esquerda era contra a UTE-MG, pois dizia que era dividir; era contra a CUT, era contra o PT. Tinha todo um setor da esquerda que não queria.

E também questionado se a base da categoria de trabalhadores em educação de Minas Gerais apoiava a criação da central, ele responde:

Uma parte sim. Mas não havia uma resistência da nossa base, não. Quando era explicado nas assembleias, a maioria ficava com a gente. Tinha sempre esse debate; o PCB puxava para trás, nós puxávamos para frente, e nós ganhávamos os debates.

Para a nossa investigação, é importante analisarmos a participação da base da categoria em questão. Nesse período, a ação por parte das entidades sindicais de base e estaduais, tanto do setor público quanto da iniciativa privada, era respaldada por certa aderência social. Isto é, era necessária uma base social que corroborasse determinada tarefa colocada em questão, mesmo que a proposta surgisse da direção do movimento. Em seu depoimento, a professora Marilda de Abreu Araújo (2012) relata a participação dos trabalhadores em educação.

Que teve participação da base, teve. Agora não me lembro como foi a discussão. Mas que se discutiu a central única em meio às nossas assembleias, sim. Isso foi debatido entre nós, a necessidade de central sindical também, que representasse um pouco de toda a classe trabalhadora, não especificamente educação, mas também de metalúrgico, bancário, isso foi debatido entre nós. Mas, sinceramente, não me recordo não.

Nesse meio tempo, duas tendências sindicais foram formadas em âmbito nacional. Primeiro, o chamado Bloco Combativo, que congregava militantes do PT e simpatizantes. Do outro,

sindicalistas ligados ao PCB, PC do B e ao MDB, e integrados na velha estrutura sindical dos pelegos conformaram a Unidade Sindical. Estas duas tendências participaram das Conferências Nacionais da Classe Trabalhadora (Conclat's), organizadas para debater-se a unificação das lutas em todo o país. A proposta do Bloco Combativo para essas conferências foi a constituição de uma central sindical, rechaçada desde o início pela Unidade Sindical.

Em Minas Gerais, o trabalho de convencimento da necessidade dessa nova central sindical fazia-se presente nos materiais da UTE-MG. Em seu boletim informativo, datado de junho de 1981, a entidade explicava o que era a Conclat.

Nos dias 25, 26 e 27 de agosto, em São Paulo, será realizada a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat). Formalizada em uma reunião da qual participaram mais de 200 entidades.

A Conclat é fruto de um amplo processo de lutas que os trabalhadores travaram nos últimos anos. São as lutas e as mobilizações que garantem a realização da Conclat, contra a vontade do governo e dos patrões.

Por outro lado, a experiência tem demonstrado cada vez mais a necessidade que os trabalhadores têm de unificarem as lutas em defesa de suas condições de vida. Para que a Conclat contribua para essa unificação, é importante que as discussões sobre ela sejam feitas amplamente, com a participação de todos os trabalhadores.

No momento que vivemos hoje, de inflação altíssima e ameaça de desemprego cada vez maior, só existe um caminho capaz de conduzir à saída: a unidade de todos os trabalhadores na luta. Para isso é fundamental que desde já nos lancemos na tarefa de construir um organismo que represente todos os trabalhadores do Brasil e esteja fundamentado em uma real participação das bases e nas lutas conjuntas (*Boletim Informativo*, jun. 1981).

Esse texto demonstra bem o posicionamento da UTE-MG, não apenas sobre seu incentivo e papel na construção da CUT, como também em identificar os professores e funcionários de escola como trabalhadores iguais a todos os outros, isto é, membros de uma única classe social. O caráter classista desse artigo mostra o grau de conscientização que a vanguarda do movimento havia alcançado, e sua busca para que a base do movimento, ou seja, os trabalhadores em educação do estado também alcançassem esse nível.

Questionado sobre o peso que o movimento sindical docente teve no processo de construção da central, Mauro Puerro é direto em apontar que isto foi consequência do desenvolvimento das lutas e da consciência política da categoria.

Na construção da CUT, os professores jogaram papel fundamental, uma das categorias que foram suporte, o alicerce, na construção da CUT no país. E o movimento de professores foi o suporte para a construção do PT (Partido dos Trabalhadores). São dois processos organizativos, um na área sindical e outro na área política, mas correram paralelos e frutos das grandes lutas, produtos desse período histórico (Puerro, 2012).

A UTE-MG participou do I Conclat, realizado em Praia Grande (SP), por meio de nove delegados eleitos em assembleia, sendo seis da capital e três do interior. Em um documento intitulado “Os professores e a Conclat”, a entidade aponta que o evento debateu a conjuntura nacional e os desafios para as futuras lutas, e aprovou a organização de uma campanha nacional unificada, intitulada Campanha Nacional contra o Desemprego, com o intuito de agregar metalúrgicos, operários da construção civil, lavradores, professores, bancários, funcionários públicos, médicos etc., numa só luta. E mais, “A Conclat deixou clara a perspectiva de uma greve geral caso as reivindicações não sejam atendidas” (Documento, 1981). No mesmo documento, a UTE-MG afirma que se avançou nas discussões da necessidade de uma central sindical única que abarcasse todos os trabalhadores, e deliberou pela criação “de uma Central Única dos Trabalhadores – cujo congresso de fundação ficou marcado para agosto/83” (Documento, 1981). Além disso, a entidade reafirmava mais uma vez o caráter de classe da nova tarefa, localizando o professor no interior da classe social dos trabalhadores.

Mas, o que nós, professores, temos a ver com tudo isso? Acontece que nós, professores, somos trabalhadores como todos os outros, submetidos, portanto, às mesmas condições de exploração, ou seja, às mesmas precaríssimas condições de vida e trabalho (idem).

Em relação às disputas internas na I Conclat, o documento da UTE-MG não faz referências. O racha se oficializaria neste evento, no qual a comissão pró-CUT (o qual participavam as duas tendências) dividiu-se logo sobre a realização ou não do congresso de fundação.² O Bloco Combativo defendeu a criação de uma nova central fora da velha estrutura sindical, e queria a marcação imediata da data do congresso. A Unidade Sindical, a fim de defender a velha estrutura burocrática, postergava a marcação da data, e até mesmo colocava em dúvida a realização do mesmo. Cansados de esperar, os novos sindicalistas marcaram o congresso de fundação para agosto de 1983, mesmo contra a vontade do outro grupo.

Esse racha se caracterizava em três pontos fundamentais: relação com o Estado, com os patrões e com a democracia interna:

Ao incorporar a maioria das lideranças conservadoras e assistencialistas, e muitos dirigentes com pouca representatividade em sua base, a Unidade Sindical ainda mantinha uma visão que estava apoiada nas velhas ideias do sindicalismo populista, pois: *a.* defendiam elementos importantes da ingerência do Estado sobre os sindicatos, como o imposto sindical, e a unicidade sindical, que era a expressão dessa posição na questão constitucional; *b.* defendia a aliança entre empresários e trabalhadores para o progresso do país, daí

2 A Comissão Nacional pró-CUT fez um chamado à greve geral para o dia 21 de julho de 1983, como forma de protestar contra a política econômica do regime civil-militar. Os militantes ligados ao PT e ao Bloco Combativo encaminharam a proposta para seus sindicatos e suas bases. Entretanto, a Unidade Sindical boicotou o movimento, aprofundando ainda mais o racha no interior da comissão (f. Garcia, 2012: 136).

sua insistência na manutenção do MDB e a busca de pactos entre sindicatos e entidades patronais; c. propunham um sindicalismo em que a participação das diretorias sindicais era o prioritário, e só reconheciam os dirigentes sindicais no exercício da função como representantes legítimos das categorias; daí sua contestação sistemática à participação das oposições sindicais nos congressos e ao mesmo tempo em que defendiam a legitimidade das diretorias das federações e confederações (Welmowicki, 2004: 67).

Do contrário, o Bloco Combativo baseava-se em uma defesa da independência total para que os trabalhadores decidissem suas formas de organização e luta, como também o combate à velha estrutura sindical oficial atrelada ao Ministério do Trabalho e ampla participação democrática de todos os trabalhadores na vida sindical. Acusados pelos burocratas de estar dividindo o movimento, o Bloco Combativo funda, em agosto de 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), representando, assim, um salto para o movimento sindical brasileiro. A UTE-MG seria uma das primeiras entidades de Minas Gerais a se filiar à nova central, aprovando sua entrada em seu congresso de 1984.

Derrotados, os dirigentes organizados na Unidade Sindical, com o intuito de não se isolarem ainda mais do movimento, criam, pouco tempo depois, a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que, anos depois, denominar-se-ia Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Este seria o polo de onde surgiria o chamado sindicalismo de resultados, no qual a expressão máxima foi o surgimento da Força Sindical,³ na década de 1990.

Os embates entre os dois grupos políticos ainda continuariam nos anos seguintes. O professor Magnus Luberer relata que houve uma nova batalha, desta vez, na proposta de filiação da Confederação dos Professores do Brasil à Central Única dos Trabalhadores.

No Rio Grande do Sul, a diferença entre [...] os adeptos à filiação na CUT e aqueles que eram contra – normalmente o pessoal do PC do B – que era contra a filiação da CUT, a diferença veio caindo ano a ano, e a cada ano achávamos que íamos fazer. No Rio Grande do Sul, a direção tendenciosa da CNTE [à época, ainda CPB] cassou a palavra, manipulou, e tivemos que invadir o plenário. Foram umas cinco mil pessoas. Nós tivemos que invadir. A gente subiu na mesa, chutou o microfone, foi um pau. E cinco mil pessoas em tempo de se pegarem dentro do estádio. Duas mil e quinhentas de cada lado.

Eu sei que quando nós fizemos a filiação à CUT, foi em Brasília. Conseguimos, mas para isso ficamos 24 horas dentro daquele ginásio, Nilson Nelson, Nelson Nilson, não sei como é que chama... Ficamos 24 horas lá dentro sem sair, comendo marmitex, num calor infernal... Não podíamos sair, porque se sáísse estava arriscado acontecer a votação e nós perdermos. Quando saímos de lá... Ah! Ainda serviram, alguém comeu marmitex estragado

3 Central sindical nascida dentro do contexto do projeto neoliberal. Inspirada no modelo do sindicalismo norte-americano, a Força Sindical pregava o chamado sindicalismo de resultados, procurando, assim, evitar qualquer tipo de choque com a patronal. Muitos de seus conceitos provêm da velha estrutura sindical populista da época de Vargas e Goulart.

– uma turma – e houve um surto de diarreia, os banheiros entupiram. Só sei que saímos com água – bom, vamos dizer que era água – com líquido pela canela, de dentro do ginásio. Porque entupiu, entupiram os banheiros. Penso até que foi sabotagem. Nós ficamos 24 horas para filiar (Andrade, 2011).

Ao final, a plenária do congresso realizado em Brasília, em 1988, à mercê de todos os problemas relatados acima, foi aprovada a filiação da Confederação dos Professores do Brasil à Central Única dos Trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando recorremos aos escritos dos autores da tradição marxista, temos de ter presente que o processo de estruturação simbólica do real das classes subalternizadas ocorre sob o signo do empobrecimento social, da dominação e da alienação. A alienação dos subalternos aparece com uma resultante do controle e da subordinação do homem à trama de relações constitutivas da ordem capitalista e se expressa no não reconhecimento dos indivíduos em um mundo que eles mesmos criam. Assim sendo, a alienação reduz o indivíduo a um objeto que confere a outros decisões sobre sua própria vida.

Mas, os homens resistem e lutam contra a alienação, nos estreitos limites e frestas que sua capacidade de organização política e social é capaz de assegurar no terreno da luta de classes. Neste sentido, compreender e garantir um lugar na história, aos que procuram manifestar sua consciência, diante de tantas adversidades, nos parece fundamental.

REFERÊNCIAS

- FERREIRA JR., Amarílio. *Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros*. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo: 1998.
- . Movimento de professores e organizações de esquerda durante a ditadura militar. In: Sadi Dal Rosso (Org.). *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011.
- GARCIA, Cyro. *PT: de oposição à sustentação da ordem*. 2. ed. revisada. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.
- LENIN, Vladimir. O que fazer. In: O MARXISMO e os sindicatos. São Paulo: Instituto José Luíz e Rosa Sundermann, 2008.
- OLIVEIRA, Wellington de. *A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2006.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo: Ática, 1990.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa – v. 1. A árvore da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- WELMOWICKI, José. *Cidadania ou Classe?: O movimento operário da década de 80*. São Paulo: Instituto José Luíz e Rosa Sundermann, 2004.

FONTES DOCUMENTAIS

Ata I Congresso da UTE – Documentos. Pasta do Arquivo do Sind-UTE – 21 e 22.07.1979.

Carta da direção estadual da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte: 06.03.1980.

Carta ao governador Francelino Pereira dos Santos. Belo Horizonte: UTE-MG, 10.10.1979.

Carta da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais: comissão executiva nacional. Belo Horizonte: jun. 1980.

Carta da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte: 26.09.1980.

Carta ao Magistério de todo o Brasil. Confederação dos Professores do Brasil. [198-?].

Cartilha da UTE 1979-1987: um pouco de nossa história. Belo Horizonte: UTE-MG, 1987.

Documento “Os professores e a Conclat”. Belo Horizonte: UTE-MG, 1981.

ENTREVISTAS

Professor Magnus Luberer de Andrade – concedida em 11.10.2011.

Professora Marilda de Abreu Araújo – concedida em 10.05.2012.

Professor Mauro Puerro – concedida em 13.09.2012.

Professor Rogério Correia – concedida em 11.02.2012.

